



<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 45-2019 – SIAM 0188161/2019</b>			
<b>PA COPAM Nº:</b> 16783/2008/004/2015		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Capital Mix Construções e Equipamentos	<b>CNPJ:</b>	23.547.913/0003-90
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Capital Mix Construções e Equipamentos	<b>CNPJ:</b>	23.547.913/0003-90
<b>MUNICÍPIO:</b>	Lagoa Santa	<b>ZONA:</b>	urbana
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> • Não se aplica			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
C-10-01-4	Usinas de Produção de Concreto Comum	3	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>  Anna Angélica Souza Maciel		<b>ART/CRBIO:</b>  2018/08811	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Marcos Vinicius Martins Ferreira Gestor Ambiental		1.269.800-7	
De acordo:  Lília Aparecida de Castro Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.389.247-6	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 45-2019**

O empreendimento Capital Mix atua na fabricação de concreto usinado, exercendo suas atividades no município de Lagoa Santa - MG. Em 27 de maio de 2015, no âmbito da Deliberação Normativa COPAM 74/2004, foi formalizado na Supram Central Metropolitana o processo administrativo de revalidação de licenciamento ambiental de nº 16783/2008/004/2015. Em 25 de setembro de 2018, o processo foi reorientado a fim de se adequar à Deliberação Normativa COPAM 217/2017, na qual a atividade exercida pelo empreendimento passou a ser licenciada por meio da modalidade "Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS" via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é "Usinas de Produção de Concreto Comum" (C-10-01-4, DN 217/17). Sua produção de 60,00 m³/h justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional 0.

Para o desenvolvimento desta atividade utiliza-se como matéria prima os seguintes compostos: cimento, escoria, areia natural, areia artificial, brita 0, brita 1 e aditivo. Cabe informar que este material é armazenado em baias a céu aberto no pátio do empreendimento, com exceção do cimento, que é armazenado em silos. O processo produtivo se inicia com o carregamento de determinada quantidade destes materiais em uma central dosadora. Após a dosagem, a matéria prima é transportada (por correia) até o misturador, onde é misturada à água formando o produto final, o concreto. Este concreto é transportado (por betoneiras) e descarregado no local de sua aplicação.

A atividade conta com 18 funcionários no setor de produção e 05 na área administrativa que trabalham em turno único 6 dias por semana.

Quanto ao uso de água no empreendimento, cerca de 3,4 m³/dia, utilizados no consumo humano, são fornecidos pela concessionária local (COPASA). Para o uso industrial, o empreendimento possui a portaria de outorga 2368/2010 (captação em poço tubular), com vazão autorizada de 1,3 m³/h, durante 16 horas e 12 meses/ano (pontos de coordenadas geográficas S19°40'32" e W 43°54'45"), que garante a necessidade do empreendimento. Ressalta-se que esta portaria de outorga teve sua validade expirada em 14/09/2015.

Em 27/05/2015, foi formalizado o processo de outorga 14825/2015 para renovação da portaria de outorga 2368/2010. O Artigo 14 - Portaria IGAM nº 49, de 01 de julho de 2010 dispõe:

Art. 14. Se o pedido de renovação for formalizado, conforme artigo 12, até a data do término de vigência da Portaria referente à outorga anteriormente concedida, esta será prorrogada automaticamente até manifestação final da entidade responsável.

Desta forma, a formalização do processo ocorreu dentro do prazo da vigência da Portaria de Outorga 2368/2010 e esta encontra-se válida até a decisão do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM.

Como principais impactos inerentes à atividade tem-se a geração de efluentes líquidos, de emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos e de ruídos.

Os efluentes líquidos sanitários, oriundos de banheiros e vestiários, são destinados a um conjunto de fossa séptica/filtro anaeróbio/sumidouro. Os efluentes oleosos, provenientes do refeitório e limpeza de maquinário, vão para uma caixa separadora de água e óleo (CSAO) e



depois para o sumidouro. O efluente industrial (gerado no processo produtivo) após passar por sistema de decantação, é direcionado para uma caixa de água para ser reutilizado na limpeza de máquinas e aspersão do pátio.

Quanto às emissões atmosféricas, tem-se a emissão de particulados do sistema de exaustão do silo de cimento. Segundo relatório do Núcleo de Controle Ambiental (NUCAM), em 2009, por meio do protocolo R301718/2009, a empresa solicitou pedido de dispensa do monitoramento atmosférico na saída da chaminé do sistema de produção de concreto. Como justificativa, o empreendedor alega “que o sistema de exaustão é do tipo natural, ou seja, não possui exaustores ou outros dispositivos para forçar os gases, provenientes do processo, a serem lançados na atmosfera, fato que foi comprovado através da realização de testes da pressão da velocidade, mesmo com o micromanômetro”. Por meio do Ofício 1711/2011 a SUPRAM CM se manifestou favoravelmente à dispensa da realização do monitoramento atmosférico, tendo em vista as impossibilidades técnicas existentes no equipamento da empresa. Além disto, em vistoria realizada em 08/03/19 (Auto de Fiscalização 113942/2019) foi verificado que a empresa vem realizando as medidas necessárias a fim de se evitar o lançamento de material particulado na atmosfera, como a substituição do filtro de manga por filtros eletrostáticos diretamente nos silos, instalação de aspersores de água (tipo chuveirinho) na área de carregamento dos caminhões e aspersão de água constante nos pátios.

Quanto aos resíduos sólidos gerados no empreendimento, aqueles contaminados com óleo (classe I) são coletados por empresa especializada. Os resíduos oriundos dos banheiros e refeitórios (classe II A) são destinados ao aterro Macaúbas. Os resíduos de concreto e da fossa séptica (classe II A), além dos oleosos (classe I) são destinados a empresas especializadas. Foi informado no RAS que quando a Capital Mix assumiu as atividades, já havia no local sucatas e pneus (classe II B) deixados pela antiga administração. Estes resíduos estão armazenados no empreendimento (em local apropriado a fim de se evitar ações da chuva e de outras intempéries) até que possam ser corretamente destinados.

No tocante aos ruídos, foi informado no RAS (item 5.5) que o exercício das atividades no empreendimento não implica o uso de equipamentos que constitua fonte de ruído ou vibração capaz de produzir níveis de pressão sonora fora dos limites do empreendimento. A empresa apresentou o resultado do monitoramento de ruídos realizado entre os anos de 2009 e 2018 (frequência anual) onde foi verificado o atendimento aos limites legais estabelecidos pela lei estadual 10.100/90.

Com relação ao cumprimento das condicionantes do processo de licenciamento ambiental anterior (certificado de LO 219/2009), conforme relatório do NUCAM, protocolo R0150380/2019, a empresa cumpriu de modo satisfatório as suas condicionantes. Foram encontradas inconformidades ocorridas no âmbito do monitoramento de efluentes no período compreendido entre os anos 2009 e 2012, sendo lavrado o auto de Infração nº 197136/2019. Ressalta-se que de 2012 até o último relatório apresentado (fevereiro/2019) todos os parâmetros referentes aos efluentes líquidos estão dentro dos limites legais.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS e deste modo, em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e no Relatório do NUCAM, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Capital Mix



Construções e Equipamentos Ltda”, para a atividade de “Usinas de Produção de Concreto Comum”, no município de Lagoa Santa - MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Capital Mix Construções e Equipamentos Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Executar aspersão de água nas áreas do empreendimento periodicamente.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Capital Mix Construções e Equipamentos Ltda”

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída dos sistemas de fossas sépticas/filtro anaeróbio.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral
Entrada e saída da caixa separadora de água e óleo.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral



(1) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Local de amostragem:** efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída da fossa (efluente tratado): após o filtro

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)



#### 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### 3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

**Relatórios:** Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.